

BURGUESIA INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL E O GOVERNO LULA:
OS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DA FIERGS (FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL) NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2002.¹

THE INDUSTRIAL BOURGEOISIE IN RIO GRANDE DO SUL STATE AND LULA
ADMINISTRATION: FIERGS (FEDERATION OF INDUSTRIES OF RIO GRANDE
DO SUL) POLITICAL POSITIONS DURING THE PRESIDENTIAL ELECTIONS IN
2002.

Marco Andre Candona

Resumo:

Nas eleições presidenciais de 2002, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva não somente evidenciou as dificuldades das políticas governamentais de corte neoliberal em alavancar uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante a década de 1990, mas, também, colocou à frente do executivo nacional um conjunto de forças sociais e políticas que se opuseram ao projeto neoliberal amplamente apoiado pela burguesia industrial durante aquela década. O artigo tematiza, nesse sentido, os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul naquelas eleições, analisando sua orientação político-ideológica diante da crise do neoliberalismo e da vitória de Luís Inácio Lula da Silva.

Palavras-chave: Burguesia industrial no Rio Grande do Sul, eleições presidenciais de 2002, crise do neoliberalismo no Brasil.

Abstract:

When Luís Inácio Lula da Silva won the 2002 presidential elections, it pointed out not only several difficulties the government's neoliberal cutting policies were having to reach a new stage in the evolution of capitalism, in Brazil, during the 1990s. It also placed ahead of the Executive Branch a set of social and political forces who were opposed to the neoliberal project, but widely supported by the industrial bourgeoisie in that decade. This paper focuses, in these terms, on the political positions followed by the Rio Grande do Sul industrial bourgeoisie in that election, analyzing its political-ideological orientation before the neo-liberalism crisis and the victory of Luís Inácio Lula da Silva as the president.

Keywords: The industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul state, presidential elections in 2002, neo-liberalism crisis in Brazil

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada a partir de 2012 sobre os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação aos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006; 2007 – 2010).

INTRODUÇÃO

A bibliografia que analisa a atuação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no período posterior à “abertura política” evidencia uma postura política mais ativa na defesa de seus interesses de classe, manifesta essa postura tanto nas suas ações coletivas em defesa de seus interesses junto ao Estado quanto na construção de identidades entre esses interesses e o ideário neoliberal, que se tornou base de sustentação de seus posicionamentos políticos nos principais momentos da história recente da sociedade brasileira (GROS, 1994, 2003; CADONÁ, 2002, 2009).

Como se sabe, o ideário neoliberal passou a orientar as políticas governamentais no Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990 – 1992), tornando-se hegemônico, em 1994, com o lançamento do Plano Real e, posteriormente, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). No entanto, após quase uma década de experiência de reformas neoliberais e de políticas econômicas orientadas para o mercado, o balanço dos resultados alcançados e das perspectivas para o “capitalismo brasileiro” não era alentador. O sucesso no combate à inflação teve como custo um incontrolado endividamento (externo e interno), o aumento das taxas de juros, o comprometimento dos investimentos e dos gastos públicos e a deteriorização ainda maior da capacidade estruturante do Estado; a privatização, as fusões e as compras de empresas nacionais provocaram o aumento da oligopolização e da desnacionalização da economia do País (FIORI, 1997); e a economia apresentou um crescimento ainda mais insignificante daquele registrado durante a chamada “década perdida” (1980): em média, a economia brasileira cresceu 1,9% ao ano durante a década de 1990, contra os 2,2% alcançados durante a década de 1980 (FIORI, 1997).

Para a indústria instalada no Brasil, as reformas neoliberais representaram mudanças significativas na concepção de desenvolvimento capitalista predominante até a década de 1980 e que pretendia construir uma estrutura industrial completa e integrada, reservando ao Estado um papel central, tanto na proteção em relação à competição externa quanto no fomento ao desenvolvimento industrial e às empresas localizadas no País. A nova orientação política e econômica impôs uma nova realidade, caracterizada pela retração do papel do Estado e pela abertura comercial, que expôs a indústria instalada no País à concorrência internacional, num momento em que o capitalismo se reestruturava profundamente, em decorrência do processo de mundialização do capital e de uma intensa revolução técnico-científica e organizacional.

Como consequência, a indústria no Brasil se viu diante da necessidade de aumentar seus níveis de produtividade e de competitividade, impulsionando uma ampla reestruturação produtiva, com impactos diferenciados entre empresas, setores e regiões. Em que pese essa reestruturação produtiva ter impulsionado processos de inovações tecnológicas e organizacionais e maior preocupação com uma inserção mais competitiva no mercado mundial, o resultado geral da década de reformas neoliberais não foi positivo: a indústria de transformação obteve um crescimento médio de 0,2% durante os anos noventa, inferior ao crescimento alcançado durante a década de 1980 (0,9%) e diferentes setores industriais apresentaram resultados comprometedores, atingidos pela política econômica recessiva adotada no País, pelo comprometimento nos investimentos estatais, pela perda de mercados externos e pela maior exposição à competição internacional (CANO, 2000, p. 276-77).

Não se pode esquecer, também, que a condução e os resultados da política econômica adotada durante a década de 1990 atingiram negativamente as classes trabalhadoras no País, agravando ainda mais um quadro já existente de desigualdade e de exclusão social. A título de exemplo, o desemprego aberto apurado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nas regiões metropolitanas do País saltou de 3,4%, em 1989, para 8,1%, em 1999, e o Brasil passou da décima primeira colocação mundial em desemprego, em 1989, para a quarta posição, em 1998, sendo que, naquele período, 3,2 milhões de pessoas perderam seus empregos (CANO, 2000, p. 277 et. seq.). Aquela situação, evidentemente, aprofundou as contradições sociais no País e aguçou ainda mais o desejo político de mudanças econômicas e sociais, potencializando projetos e forças políticas e sociais comprometidas com reformas no Estado numa direção diferente daquela defendida a partir do ideário neoliberal.

Naquele contexto histórico, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, representou uma “esperança” de rupturas com o projeto que vinha sendo executado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. É importante enfatizar que o Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente a partir da “abertura democrática” (1985), se afirmou como a principal força política partidária contrária aos interesses de classe da burguesia no Brasil. Foi assim no período de elaboração da Constituição de 1988, quando a burguesia no País articulou ampla mobilização contra a aprovação de direitos sociais e trabalhistas defendidos pelas classes populares e de trabalhadores e (no Congresso Constituinte) por partidos de esquerda. Na mesma direção, durante as eleições presidenciais de 1989 a burguesia industrial em todo o País posicionou-se

(hegemonicamente) em favor de Collor de Melo, nem tanto pela confiança que depositava naquele candidato quanto pela inquietação que uma possível vitória do candidato de PT (Luís Inácio Lula da Silva) provocava em seus meios. Ademais, o PT, durante toda a década de 1990, colocou-se como o principal partido de oposição aos governos nacionais que orientaram suas políticas a partir do ideário neoliberal.

Assim, o presente artigo apresenta uma análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul nas eleições de 2002, quando Luís Inácio Lula da Silva se elegeu Presidente da República. Como a burguesia industrial sul-riograndense se posicionou nas eleições de 2002 que elegeria o Presidente da República para o período de 2003 a 2006, qual foi sua reação política diante da vitória de Luís Inácio Lula da Silva e em que medida já havia uma disposição em seu comportamento político em favor de uma redefinição do projeto neoliberal hegemônico durante os anos 1990 são questões que norteiam a análise apresentada.

É importante destacar que a análise apresentada toma como referência empírica para a análise da atuação coletiva da burguesia industrial no Rio Grande do Sul as ações desenvolvidas pela FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul).

A FIERGS, evidentemente, não é a única forma de intermediação dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul; como está amplamente registrado na bibliografia que aborda a participação política da burguesia industrial no Brasil a partir da década de 1980, também no Rio Grande do Sul observou-se uma complexificação das formas de representação dos interesses da burguesia industrial, com o crescimento e a intensificação das ações políticas de entidades extracorporativas (em especial, associações industriais e entidades de promoção política e ideológica, como, por exemplo, o Instituto Liberal) (GROS, 2003).

No entanto, a FIERGS, na medida em que compreendia mais de cem sindicatos de indústrias existentes no Rio Grande do Sul no início dos anos 2000, com prerrogativa de “representar os interesses das categorias econômicas da indústria e os dos sindicatos filiados” (FIERGS, 1989), congregava um poder político capaz de dar grande legitimidade às posições políticas por ela assumidas em nome de setores predominantes da indústria gaúcha. Além disso, a FIERGS se apresentou já a partir da “abertura democrática” (1985), como a “voz da indústria gaúcha” nos principais fatos políticos (GROS, 1990; CADONÁ, 2002). Portanto, aquela entidade exercia, já na década de 1980, forte liderança na representação dos interesses de classe da burguesia industrial

no Rio Grande do Sul, tanto no que diz respeito às suas relações com o poder público (estadual e nacional) quanto em sua articulação enquanto força social e coletivamente organizada.

Como afirma René Dreifuss, o “exercício do poder de uma classe não se esgota com a história de confabulações e conchavos, de eleições e diretrizes de governo” (DREIFUSS, 1986, p. 22). O poder de uma classe se expressa, também, no “preparo para a ação, pela potencialização dos atores” (DREIFUSS, 1986, p. 22). Nesse processo, que não é um processo espontâneo, certos “agentes coletivos” têm uma importância fundamental. São “agentes coletivos” que atuam como um “córtex político”, ou seja, como órgãos que conseguem “visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, intervindo no interior das classes, buscando uma articulação hegemônica, procurando regular as relações divergentes, perseguindo a produção de uma coesão interna de classe; mas, também, como “estado-maior”, órgãos capazes de operacionalizar os objetivos de classe e de viabilizar a inserção política e ideológica da classe, pretendendo que os projetos particulares classistas se convertam em demandas gerais, “sociais”, “nacionais” (DREIFUSS, 1986, p. 23 et. seq.).

Essa foi a posição histórica que a FIERGS assumiu junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul já a partir do contexto da “democratização” da sociedade brasileira. Sua atuação política durante a elaboração da Carta Constitucional de 1988 é, nesse sentido, ilustrativa.

A Assembleia Nacional Constituinte foi um dos fatos políticos de maior importância ocorridos durante a segunda metade da década de 1980. Em especial para as classes trabalhadoras no País, a sua convocação se colocou não somente como uma possibilidade de garantir juridicamente avanços sociais e trabalhistas, mas, também, de influenciar num plano até então restrito aos setores dominantes da sociedade, garantindo-se mudanças institucionais necessárias para o aprimoramento do processo democrático então em curso. Movidos por essa perspectiva, já em 1986, quando das eleições dos deputados e senadores Constituintes, as forças sociais e políticas representativas das classes trabalhadoras no País promoveram ampla mobilização para a escolha de representantes que, uma vez eleitos, pudessem representar seus interesses de classe na elaboração da nova Carta Constitucional.

Naquele processo, a burguesia brasileira sentiu que o momento era de crucial importância e que necessitava de uma também intensa mobilização para que seus interesses de classe estivessem representados nos trabalhos da Assembleia Nacional

Constituinte. Aquela mobilização política é amplamente conhecida. Dreifuss (1989), por exemplo, destaca que já nas eleições de 1986 a burguesia brasileira deu uma demonstração empírica de sua força política e de sua capacidade de ação, elegendo deputados e senadores em todo o País, todos eles identificados e comprometidos com os seus interesses de classe.

Evidentemente, a mobilização burguesa também ocorreu nos espaços sul-rio-grandenses. Com clareza quanto à necessidade de uma maior organização política na conjuntura que se inaugurava com a “abertura democrática”, a partir do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte a burguesia industrial no Rio Grande do Sul intensificou suas formas de mobilização, principalmente tendo em vista as pressões dos trabalhadores por conquistas sociais e trabalhistas. Com a divulgação do relatório da Subcomissão da Ordem Social, prevendo entre outros direitos a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho, a FIERGS colocou-se à frente de um grande movimento político – O Movimento pela Liberdade Empresarial (MpLE) –, que teve como objetivo defender os interesses de classe da burguesia nos trabalhos de elaboração da nova Constituição, em particular no que dizia respeito aos direitos sociais e trabalhistas que os trabalhadores no País buscavam garantir (GROS, 1988; CADONÁ, 2002).

Ao liderar o MpLE, juntamente com as principais entidades de representação de outras frações da burguesia no Rio Grande do Sul (FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul; UDR-RS – União Democrática Ruralista, seção do Rio Grande do Sul; ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil), a FIERGS impulsionou uma intensa mobilização política na burguesia gaúcha. Através daquele movimento, as principais entidades representativas da burguesia sul-rio-grandense conseguiram mobilizar amplos setores empresariais, em todo o território gaúcho. Duas manifestações organizadas pelo MpLE, nesse sentido, foram de grande expressão. A primeira delas ocorreu em julho de 1987, quando mais de 5.700 pessoas (a expectativa dos organizadores, antes do evento, era de reunir 2.500 pessoas), representando 180 municípios gaúchos, estiveram reunidas no município de Esteio (na grande Porto Alegre) para uma manifestação contrária à aprovação de direitos sociais e trabalhistas na nova Carta Constitucional (GROS, 1988; CADONÁ, 2002). A segunda ocorreu em agosto daquele mesmo ano, quando, num avião fretado, 190 representantes do MpLE (lideranças empresariais no Rio Grande do Sul)

acompanharam o então presidente da FIERGS, Luiz Carlos Mandelli, até Brasília, ocasião em que foi entregue aos deputados Ulisses Guimarães e Bernardo Cabral (presidente e relator dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, respectivamente) uma emenda popular (com mais de 33 mil assinaturas) propondo a substituição da estabilidade no emprego (naquele momento já aprovada na Subcomissão da Ordem Social) por uma indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço (CADONÁ, 2002, GROS, 1988).²

É preciso notar, ainda, que através do MpLE as principais entidades representativas da burguesia gaúcha conseguiram mais do que uma mobilização “intra-classe”, no interior mesmo dos diferentes segmentos e diferentes frações de classe da burguesia gaúcha. Através daquele Movimento, essa “elite orgânica” da burguesia gaúcha mostrou enorme capacidade de articulação junto à sociedade política e à sociedade civil. Assim, ao longo do período de elaboração da Carta Constitucional de 1988 a FIERGS realizou reuniões com deputados gaúchos na Constituinte, entrou em contato com lideranças políticas no Congresso Nacional, motivou a burguesia gaúcha para que enviasse correspondências para os Constituintes, pressionando para que não aprovasse as demandas das classes trabalhadoras (CADONÁ, 2002).

Visando criar um consenso na “sociedade gaúcha” em favor de seus interesses de classe,³ a FIERGS utilizou-se dos meios de comunicação de massa, contactou diretamente os trabalhadores em seus locais de trabalho, realizou reuniões com lideranças locais em diferentes municípios do estado gaúcho, numa “campanha de conscientização da sociedade gaúcha”, “alertando” que, caso aprovados os direitos sociais e trabalhistas reclamados pelas classes trabalhadoras, haveria demissões, diminuição de empregos, agravamento da crise econômica já existente naquele período (CADONA, 2002, p. 83-4).

Portanto, já a partir da década de 1980 a FIERGS colocava-se como uma entidade de grande importância na articulação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, definindo, de forma consciente, uma “ação política consciente”, com premeditação e intencionalidade planejada (DREIFUSS, 1986, p. 23). Colocava-se,

² A referida Emenda Popular foi defendida, pelo então presidente da FIERGS, no dia 27 de agosto de 1987 na Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, ocasião em que o industrial gaúcho defendeu que a “aprovação da estabilidade no emprego significaria um ‘retrocesso político e social’, colocando em sério risco a iniciativa privada e a própria economia nacional” (CADONÁ, 2002).

³ Como afirma DREIFUSS, a “elite orgânica” de uma classe deve ser capaz de “articular e organizar seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isso será feito, com a consciência de que seus ‘próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica’...” (DREIFUSS, 1986, p. 24).

pois, como um agente coletivo com capacidade de “visualizar objetivos globais”, a partir de uma perspectiva de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, dentro do quadro histórico de mudanças (econômicas e políticas) que caracterizavam a sociedade brasileira durante aquela década, “e de operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas” (DREIFUSS, 1986, p. 23).

E, nesse sentido, as lideranças políticas da FIERGS assumiram junto à burguesia industrial no Rio Grande do Sul um papel histórico que, utilizando-se da designação de René Dreifuss, pode ser definido como “elite orgânica”. Pois, a partir de então, aquela entidade manteve a função de se posicionar, de organizar e de desenvolver a capacidade estratégica da burguesia industrial no Rio Grande do Sul para a sua ação política, articulando-a como uma força social e coletivamente mobilizada, assumindo uma tarefa política central nos conflitos de classes e frente às classes trabalhadoras, articulando um discurso político e ideológico capaz de se colocar nos embates políticos e ideológicos como representação dos interesses gerais da “sociedade gaúcha”.

2 OS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DA FIERGS NAS ELEIÇÕES DE 2002

A FIERGS, juntamente com outras entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul (em especial, a FEDERASUL e a FARSUL) mobilizou-se ativamente visando interferir nas eleições de 2002, quando foram eleitos deputados (estaduais e federais), senadores, governadores e o Presidente da República para o período de 2003 a 2006.

A mobilização das principais entidades representativas dos interesses da burguesia no Rio Grande do Sul foi registrada pela imprensa gaúcha naquele período. Indicando aquela mobilização como um “movimento anti-PT”, jornais de Porto Alegre publicaram informações sobre encontros realizados em diferentes municípios gaúchos sob a liderança da FIERGS, da FEDERASUL e da FARSUL. Naqueles encontros, a linha política dos discursos era claramente afinada com uma disposição de impedir uma reeleição do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, que governou o estado gaúcho durante o período de 1999 a 2002 (governo Olívio Dutra) e com quem as lideranças da FIERGS travaram diferentes disputas políticas, dentre as quais a mais

emblemática ocorreu em torno da manutenção ou não da política de incentivo para a instalação da fábrica de automóveis da FORD no Rio Grande do Sul.

Hoje, o Estado não é mais atraente para investimentos. Isso gera um êxodo permanente em busca de sobrevivência.⁴

Temos de sair daqui e conversar com clientes, fornecedores, funcionários e nossas famílias. O PT fez do Estado um laboratório e quer tomar conta do Brasil.⁵

O PT tem ódio ao empresariado. Nosso destino está sendo traçado pelo socialismo que já foi abolido até na Rússia. Se Lula vencer, vamos virar uma Venezuela ou Cuba.⁶

As três manifestações registradas ocorreram num encontro realizado na cidade de Pelotas, no dia 26 de setembro de 2002, quando lideranças das cinco maiores entidades representativas da burguesia gaúcha (além da FEDERASUL, da FARSUL e da FIERGS, a FECOMÉRCIO – Federação do Comércio e a FCDL – Federação da Câmara de Diretores Lojistas) estiveram reunidas com empresários daquele município. O evento em Pelotas foi um dos três realizados naquele dia (os outros dois foram realizados em Rio Grande e em Passo Fundo) e fez parte de um roteiro de encontros realizados no interior do Rio Grande do Sul, ainda num período anterior ao primeiro turno das eleições de 2002 (que ocorreu no dia 06 de outubro daquele ano), quando foram eleitos novos deputados (estaduais e federais) e novos senadores, e definidos os candidatos que disputariam o segundo turno das eleições para governador do Estado e para Presidente da República. Naqueles encontros, a posição unânime era a de que o projeto político do PT para o Rio Grande do Sul (e que, naquelas eleições, estava representado pela candidatura de Tarso Genro) precisava ser derrotado. Com esse argumento, nos encontros eram defendidas mobilizações e, mesmo, a formação de fundos de apoio a candidaturas contrárias ao PT.⁷

Portanto, as lideranças que estavam à frente da FIERGS no início dos anos 2000 posicionaram-se claramente contra as candidaturas do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002. Um posicionamento político que se definiu nem tanto pela concordância em relação à forma como o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso conduziu a política econômica e as reformas neoliberais no Estado e na economia, mas, principalmente, em função do (histórico) antagonismo político e

⁴ Renan Proença, presidente da FIERGS. *Zero Hora*, 27 de setembro de 2002, Jornal da Eleição, p. 3.

⁵ Carlos Sperotto, presidente da FARSUL. *Zero Hora*, 27 de setembro de 2002, Jornal da Eleição, p. 3.

⁶ Paulo Afonso Feijó, presidente da FEDERASUL. *Zero Hora*, 27 de setembro de 2002, Jornal da Eleição, p. 3.

⁷ Na ocasião do encontro em Pelotas, o presidente da FIERGS, industrial Renan Proença, afirmou: “fundo não é feio. O do PT é o maior do país”. *Zero Hora*, 27 de setembro de 2002, Jornal da Eleição, p. 3.

ideológico em relação às forças sociais e políticas representadas pelo Partido dos Trabalhadores naquelas eleições, reforçado aquele antagonismo pela experiência concreta de lutas políticas durante o governo estadual de Olívio Dutra (1999 – 2002).

Para uma melhor compreensão do *movimento anti-PT nas eleições de 2002* é importante analisar (mesmo que de forma sumária) os posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul tanto em relação ao segundo governo Fernando Henrique Cardoso quanto em relação ao governo Olívio Dutra.

Em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso, a tônica do discurso das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul não apresentou grandes modificações ao longo daquele governo (1995 – 2002). Por um lado, mesmo em períodos de maiores dificuldades, quando a economia do País enfrentava crises e mostrava-se estagnada, as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul mostravam confiança no governo e em sua capacidade de encaminhar soluções políticas e econômicas coerentes com a perspectiva neoliberal adotada; por outro lado, ao longo do período aquelas mesmas lideranças reclamaram de alguns pontos centrais da política econômica adotada (em especial as altas taxas de juros, a política cambial e a abertura da economia) e defenderam maior agilidade do governo na realização das “reformas estruturais” (CADONÁ, 2009).

A defesa das “reformas estruturais”, aliás, mobilizou a burguesia industrial no Rio Grande do Sul desde o início da década de 1990. Enquanto Collor de Melo esteve na presidência da República (1990 – 1992), a burguesia industrial tinha a expectativa de que o projeto de abertura da economia e de reformas liberalizantes no Estado fluísse a partir da própria política governamental. Embora aquele governo tenha iniciado a execução do projeto neoliberal no País (privatização de estatais, reforma administrativa, abertura da economia), os “entraves” que surgiram no caminho conduziram a burguesia industrial à percepção de que, para além da garantia de políticas governamentais ou compromissos de propostas políticas, era necessária uma reforma na Constituição, capaz de eliminar “amarras institucionais” que se colocavam no processo de execução das reformas neoliberais defendidas e esperadas. Nesse sentido, ainda na primeira metade da década de 1990 as “reformas estruturais” (através da Revisão Constitucional) foram colocadas pelas lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul como estratégicas na condução do projeto de reestruturação do capitalismo no País (CADONÁ, 2009).

A agenda de “reformas estruturais” defendida pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul se definiu ainda na primeira metade da década de 1990. Assim, por exemplo, no contexto da Revisão Constitucional (1993 - 1994), uma mobilização conjunta realizada por toda a burguesia industrial no Brasil, sob a liderança da Conferência Nacional da Indústria (CNI), propôs uma “Carta ao Poder”, que sintetizava um conjunto de reformas prioritárias que, naquele momento, a burguesia entendia como fundamental para a garantia da estabilidade econômica e para a continuidade do processo de reestruturação neoliberal do capitalismo no País. Numa demonstração de mobilização e de articulação classista de toda a burguesia no País, aquela “Carta ao Poder” enfatizava a necessidade de urgência na Revisão Constitucional e indicava alguns pontos fundamentais a serem tocados por aquela Revisão: a) a *reforma estrutural do Estado*, “redistribuindo adequadamente os encargos entre a União, os Estados e Municípios”; b) a *Reforma Fiscal e Tributária*, “simplificando o sistema e ampliando o universo de contribuintes; quando todos pagam, todos pagam menos impostos”; c) a *Reforma do Sistema Previdenciário*, “visando conferir dignidade aos aposentados e extinguir privilégios, estimulando-se a poupança individual para a garantia dos benefícios”; d) a *Reforma da Ordem Econômica*, “eliminando as restrições ao capital estrangeiro, rompendo os monopólios e reservas de mercado, para que o País não fique à margem do processo mundial de modernização”; e) o *Aperfeiçoamento do Sistema Judiciário*, “pela sua simplificação e agilização”; f) a *Reforma do Sistema Político*, “introduzindo-se o voto distrital e a fidelidade partidária”.⁸

A partir de 1995 e ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998; 1999 – 2002), a agenda de reformas da burguesia industrial em todo o País não sofreu grandes alterações em relação àquilo que já se apresentava na primeira metade da década de 1990. Os esforços do governo Fernando Henrique Cardoso em realizar as reformas neoliberais obtiveram, evidentemente, o apoio da burguesia industrial, ainda que nem sempre tenham atendido às expectativas dessa quanto ao seu alcance e profundidade (CADONÁ, 2009).

De modo que, ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, nem todas as “reformas estruturais” defendidas foram realizadas no alcance desejado pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Ainda assim, suas lideranças reconheciam os

⁸A “Carta ao Poder”, apresentada no início de 1994, foi assinada pelos presidentes da CNI, da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), da CNC (Confederação Nacional do Comércio), da CNIF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), da CNT (Confederação Nacional dos Transportes) e da CACB (Confederação das Associações Comerciais do Brasil). In: CADONÁ, 2009, p. 217.

esforços realizados e afirmavam que os avanços alcançados pelo governo Fernando Henrique Cardoso estavam em sintonia com os princípios políticos e ideológicos por elas defendidos. É nesse sentido que, já no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o então presidente da FIERGS avaliava o processo político das reformas defendidas pela entidade naquele período.

As reformas ainda não estão concluídas, mas houve avanços que precisam ser valorizados. É difícil encontrar um País que, não pertencendo ao círculo privilegiado do chamado Terceiro Mundo, tendo tido uma evolução muito mais lenta e sem dispor dos benefícios das fases sombrias do imperialismo que enriqueceram outros países, consegue fazer esta transição num regime democrático. A democracia implica um processo que tem outra escala de tempo. Houve avanços a começar pela reforma da ordem econômica, mas depois o ímpeto diminuiu. A FIERGS, porém, nunca desistiu. Estivemos presentes desde a Constituinte, em 1988, e durante estes seis anos permanecemos firmes na luta pelas reformas [...]. Hoje estamos pela primeira vez diante de um clima extremamente favorável para a implementação de uma das mais fundamentais reformas estruturais, que é a reforma tributária. Temos inclusive a honra de contar com a colaboração do companheiro Luís Roberto Ponte, nosso vice-presidente, fonte de lucidez e criatividade nesta questão (Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS no período entre 1993 e 1999. In: FIERGS, 1999a, p. 71-2).

Portanto, em nenhum momento as críticas e as dificuldades enfrentadas pela indústria diante da política econômica adotada durante o governo Fernando Henrique Cardoso arranharam a posição hegemônica de defesa do projeto neoliberal entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Isso nunca implicou passividade política, pois, ao longo daquele governo, as lideranças industriais no Rio Grande do Sul mobilizaram-se contra as taxas de juros, a política cambial, a política de abertura da economia. De qualquer forma, diante das dificuldades decorrentes da orientação neoliberal dada às políticas econômicas, a burguesia não defendeu rupturas com o projeto neoliberal adotado, mas, antes, seu aprofundamento, através das “reformas estruturais”.

No que diz respeito aos posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação ao governo de Olívio Dutra, certamente o embate travado em torno da manutenção da fábrica da FORD em território gaúcho é ilustrativo do antagonismo de interesses que se estabeleceu entre a burguesia industrial no Rio Grande do Sul e aquele governo.

A mobilização da FIERGS em favor da entrada do Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos prometidos pela indústria automobilística no Brasil iniciou ainda durante o governo estadual de Alceu Colares (1991 – 1994). Simbólica, nesse sentido, uma reunião-almoço que a entidade promoveu em 1994 com o gerente de relações institucionais da General Motors do Brasil, Luiz MoanYabiku, ocasião em que esse

executivo afirmou o interesse daquela empresa em investir em duas novas unidades no Brasil. A FIERGS, de imediato, procurou mobilizar o governo gaúcho para que desse início a negociações com a empresa, visando assegurar a vinda de uma das unidades previstas para o Rio Grande do Sul (FIERGS, 1999a).

A importância atribuída aos investimentos da indústria automobilística no Estado e de uma ação forte do governo estadual na atração desses investimentos, num momento em que os governos subnacionais no Brasil praticavam uma intensa guerra fiscal com o intuito de disputar investimentos (nacionais e estrangeiros), fez com que a FIERGS colocasse a atração de uma montadora de automóveis como uma ação estratégica de estado para o governo gaúcho.

Com a vitória de Antônio Britto nas eleições de 1994, a FIERGS não somente conseguiu a mobilização do governo gaúcho como foi colocada, pelo próprio Antônio Britto, numa posição estratégica no processo de mobilização do estado gaúcho para atrair investimentos da indústria automobilística para o Rio Grande do Sul. Assim, por exemplo, com a justificativa de que a contratação, através do Estado, de uma empresa de consultoria demandaria muito tempo (o trâmite seria “longo e burocrático”), o governo Britto solicitou a FIERGS um estudo que apontasse as condições necessárias para que os investimentos da indústria automobilística fossem atraídos para o território gaúcho. Em decorrência, ainda em 1995 a FIERGS contratou a WS Consult, empresa de consultoria do ex-presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, para realizar um estudo que indicasse “as condições que o Estado dispunha para atrair uma montadora de automóveis” e para oferecer um receituário que tornasse o Rio Grande do Sul competitivo na disputa por aqueles investimentos. O relatório final daquele estudo, financiado com recursos de empresas privadas e de Sindicatos de Indústrias filiados a FIERGS, foi apresentado às diretorias da entidade no dia 20 de agosto de 1996, tendo como uma de suas principais conclusões a seguinte “receita”: “para atingir seu objetivo o governo deveria construir um arsenal de incentivos fiscais e financeiros que superasse os benefícios concedidos por outros Estados” (FIERGS, 1999a, p. 23). O estudo encomendado pela FIERGS foi, então, entregue ao governador Antônio Britto e serviu de apoio na formulação de uma estratégia de negociação com as indústrias automobilísticas, em especial a General Motors e a Ford. Os contratos estabelecidos entre o governo Britto e as referidas montadoras indicou que as sugestões da FIERGS tornaram-se estratégias de Estado naquelas negociações.

Em 1998, no entanto, a vitória de Olívio Dutra nas eleições para o governo gaúcho representou, para a burguesia industrial gaúcha, uma ameaça de “fim do sonho” de ver a General Motors e a Ford instalando novas unidades em território gaúcho. Frente a essa ameaça, a FIERGS manteve-se muito atenta em todo o período que separou a eleição e a posse de Olívio Dutra, procurando estabelecer um consenso na sociedade gaúcha de que os acordos estabelecidos entre o governo Britto e as montadoras não eram acordos de um governo, mas do Estado gaúcho, num processo de afirmação da economia e da sociedade sul-rio-grandense. Os acordos, portanto, não poderiam ser questionados (CADONÁ, 2009).

Vale lembrar que, ao assumir o governo Olívio Dutra iniciou um processo de renegociação das bases contratuais estabelecidas pelo governo Britto com a General Motors e com a Ford, do que resultou, em março de 1999, na suspensão dos repasses financeiros às montadoras e, mais tarde, na desistência da Ford de instalar uma unidade em território sul-rio-grandense. Naqueles primeiros meses de 1999 e, principalmente, no período entre a suspensão dos repasses financeiros às montadoras (dia 20 de março de 1999) e o anúncio oficial da desistência da Ford em instalar sua unidade no Rio Grande do Sul (dia 28 de abril de 1999), a FIERGS manteve-se inteiramente mobilizada, visando garantir o cumprimento, por parte do governo gaúcho, das bases contratuais originalmente estabelecidas (CADONÁ, 2009).

Ao longo do período de discussão sobre a permanência ou não da FORD no Rio Grande do Sul, as lideranças da FIERGS utilizaram diferentes formas de pressão junto ao executivo estadual, ao legislativo estadual, procurando criar um consenso na sociedade gaúcha quanto à importância do governo gaúcho respeitar as bases contratuais inicialmente firmadas com aquela empresa. Nessa direção, inclusive, no dia 28 de abril de 1999, o presidente da FIERGS falou em cadeia estadual de televisão, em horário nobre, assim se expressando:

Num momento em que o emprego escasseia e o drama do desemprego sacrifica tantos irmãos nossos, a FIERGS tem o dever de lutar para não perdemos empreendimentos como o da Ford, que coroam uma luta dos gaúchos por mais de 20 anos. Além das 18 empresas novas que virão com a Ford, a montadora ativará os negócios de centenas de empresas gaúchas, de todos os tamanhos e de todos os setores da indústria, do comércio e dos serviços. Perder a Ford será perder mais de 100 mil empregos em toda esta cadeia produtiva. Por isso, os incentivos contratados pelo Estado não podem ser confundidos com benefícios à Ford, mas como a compra do passe de um craque que nós precisamos para ganhar o campeonato do desenvolvimento do Rio Grande [...]. A solução do problema está exclusivamente nas mãos do governo Olívio Dutra [...]. Governador Olívio Dutra: cumpra a nossa parte do contrato e exija que a Ford cumpra a dela (FIERGS, 1999a, p. 31).

As tentativas de setores empresariais e mesmo do governo gaúcho de retomada das negociações com a Ford não surtiram efeito. A empresa já tinha tomado sua decisão de não mais instalar sua montadora no estado gaúcho, beneficiando-se de uma medida provisória do governo federal que garantia subsídios fiscais para investimentos no Nordeste brasileiro. O episódio da FORD, no entanto, deixaria marcas políticas e ideológicas durante todo o governo de Olívio Dutra, responsabilizado que foi pelas lideranças da burguesia industrial de ter perdido a empresa para o estado da Bahia (CADONÁ, 2009).

Portanto, nas eleições presidenciais de 2002 a burguesia industrial no Rio Grande do Sul reafirmou seus posicionamentos favoráveis à continuidade das reformas neoliberais defendidas ao longo da década de 1990, manifestou suas inquietações em relação às implicações das políticas neoliberais na economia nacional e, em especial, na dinâmica industrial sul-rio-grandense (ainda que aquelas críticas não resultassem em posicionamentos políticos favoráveis a rupturas com o padrão neoliberal de desenvolvimento) e reforçou sua oposição em relação ao governo petista de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul. A questão regional, nesse sentido, em especial os confrontos que as lideranças da FIERGS tiveram com o governo Olívio Dutra, foi um elemento central para a definição de um posicionamento político contrário às candidaturas do PT. Foi a partir dessa questão, do interesse em evitar a reeleição de um candidato do PT no governo gaúcho, que as lideranças não somente da burguesia industrial, mas, também, de outras frações da burguesia no Rio Grande do Sul, mobilizaram esforços políticos e financeiros em todo o território gaúcho.

A vitória de Germano Rigotto (do PMDB) para o executivo estadual, nesse sentido, foi ao encontro dos posicionamentos hegemônicos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Cabe destacar que Germano Rigotto saiu vencedor nos dois turnos da eleição que escolheu o sucessor de Olívio Dutra, tendo vencido, no segundo turno, o candidato do PT Tarso Genro.

Por outro lado, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva não foi ao encontro das expectativas das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. É verdade que não houve manifestações públicas dos desconfortos que aquela eleição provocou; mas desconfortos e apreensões em relação ao governo Lula estavam presentes em seus

meios. Duas pesquisas publicadas em janeiro de 2003, nesse sentido, são ilustrativas do clima de apreensão e de desconfiança da burguesia industrial.

A primeira delas (realizada pelo Instituto QualiData Survey durante os dias 13 de dezembro de 2002 e 07 de janeiro de 2003, com 314 empresários de todas as regiões do Rio Grande do Sul, e publicada pelo Jornal do Comércio no dia 27 de janeiro) indicou que “era grande o otimismo com as administrações do governador Germano Rigotto e do presidente Luís Inácio Lula da Silva” (Jornal do Comércio, 27 de janeiro de 2003, p. 12); porém, enquanto 80,9% dos pesquisados consideraram que Germano Rigotto faria um governo melhor do seu antecessor (Olívio Dutra), 52,9% consideraram que Luís Inácio Lula da Silva faria um governo melhor do que seu antecessor (Fernando Henrique Cardoso) (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de janeiro de 2002, p. 05). Considerando as reiteradas críticas feitas pelas lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (e, mesmo, os impactos daquela política econômica sobre a economia do País), certamente que esse índice era uma demonstração da desconfiança que pairava em relação ao governo Lula.

A segunda pesquisa foi realizada pela CNI (e publicada em janeiro de 2003), indicando que os “empresários brasileiros retomavam a confiança no País”; segundo a pesquisa divulgada, o índice de confiança do empresariado industrial tinha aumentado 19 pontos, passando de 49,5 pontos no último trimestre de 2002 para 58,9 pontos no início de 2003 (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de janeiro de 2003, p. 6). A pesquisa da CNI, no entanto, trouxe um dado importante em relação aos “empresários gaúchos”, que se mostraram mais apreensivos do que os empresários de outras regiões do País. O presidente da FIERGS, industrial Renan Proença, em matéria divulgada pelo Jornal do Comércio sobre a pesquisa da CNI comentava: “o momento é de ter cautela”, lembrando que “o novo governo terá grandes desafios com as reformas estruturais e o controle da inflação” e que “a grande questão é recuperar a confiabilidade para que o Brasil volte a se tornar atrativo aos investimentos”; lembrou, ainda, que um quarto dos “empresários gaúchos”, naquele período, apostava na melhoria do cenário econômico nacional, mas, por outro lado, o mesmo número de industriais “considera a instabilidade interna e a inflação como ameaças iminentes” para o ano de 2003. E sugeria: “para que os negócios deslanchem é preciso medidas de estímulo para vender ao exterior”, revelando que essa medida era considerada a melhor forma de estimular a produção e o emprego na indústria pela maioria dos industriais gaúchos, ainda que apenas 16,4%

acreditavam que o governo Lula iria realizar uma política consistente para o setor exportador (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de janeiro de 2003, p. 6).

Uma desconfiança também demonstrada em artigo publicado pelo Jornal do Comércio do dia 21 de janeiro, assinado pelo industrial Paulo Vellinho, pelo menos desde a década de 1980 ocupando cargos de lideranças nas instituições representativas dos interesses da burguesia industrial no Rio Grande do Sul (em 2003 era presidente da Associação Gaúcha de Avicultura). No artigo, com o título “Por onde começar o Pacto?”, Paulo Vellinho avaliava a disposição anunciada naquele período pelo já Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva de estabelecer um “pacto social”. Na avaliação do industrial fica claro que ainda pairava naquele período uma desconfiança quanto à condução do novo governo que se iniciava. Vale o registro de partes daquele artigo:

A renovação do propósito em favor de um Pacto Social feita pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva ganhou entusiasmo moderado entre as principais lideranças do País. A ideia, que não vigora no passado recente, obteve até mesmo um sentido depreciativo, após a redemocratização do País, por ter sido utilizada de maneira gratuita, ou mal intencionada por alguns de nossos governantes e parlamentares. Acredito que o seu relançamento, agora, pecou pela precipitação que pode comprometer, novamente, o princípio generoso de todos cederem alguma coisa em seus pontos de vista e reivindicações, em favor do bem-estar geral. A falta de um projeto nacional básico que sirva de ponto de partida para o debate impede que a sociedade se manifeste mais claramente e, sem essa vontade mais nítida, o governo e o Congresso Nacional não têm o impulso necessário para editar novas regras [...]

[...]. Estará Lula disposto a abrir mão de parte do poder, se esta questão fosse essencial ao entendimento? [...].” (Paulo Vellinho, presidente da Associação Gaúcha de Avicultura. JORNAL DO COMÉRCIO, 21 de janeiro de 2003, p. 4).

Porém, a desconfiança inicial, certamente reflexo dos posicionamentos políticos “anti-PT” nas eleições de 2002, foi sendo diluída ainda nos primeiros meses do governo Lula. Assim, por exemplo, nos primeiros meses de 2003 as lideranças da FIERGS divulgaram o interesse da indústria gaúcha em participar do “Programa Fome Zero”, lançado pelo governo Lula para combater na fome e a pobreza no País (JORNAL DO COMÉRCIO, 21 de janeiro de 2003, p. 7). No dia 22 de janeiro, aliás, Oded Grajew, assessor especial da Presidência da República, esteve na FIERGS conversando com lideranças da entidade sobre aquele Programa; na ocasião, o presidente da FIERGS, Renan Proença, falou de um conjunto de programas sociais do SESI e do SENAI, os bancos sociais criados pela entidade, o Banco de Alimentos e a Lei da Educação (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de janeiro de 2003, p. 10), afirmando, nesse sentido, um já compromisso da burguesia industrial no Rio Grande do Sul com a problemática

da fome e da pobreza no País. Ainda no final de janeiro de 2003, também, o Ministro da Fazenda do governo Lula, Antônio Palocci, almoçou com cerca de 300 empresários na FEDERASUL (Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul), quando recebeu dos representantes da indústria gaúcha um documento com três “reclamações”: juros altos, não revisão da tabela do Imposto de Renda e restrições do crédito às exportações. As lideranças da FIERGS argumentaram com o Ministro que o aumento nas taxas de juros prejudicava o desempenho do setor produtivo e manifestaram a expectativa de que a taxa de juros entrasse numa trajetória de queda a partir de fevereiro de 2003, “para evitar o comprometimento do nível de empregos no Brasil”. Afirmaram, ainda, que “apesar do discurso oficial que prioriza as exportações, as vendas externas são sempre limitadas pelas restrições de crédito ao exportador”, defendendo um “sistema de financiamento às exportações” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24, 25 e 26 de janeiro de 2003, p. 11).

Há de se registrar, ainda, a avaliação dos “100 dias do governo Lula”, quando alguns industriais sul-rio-grandenses posicionaram-se em relação àquele governo. Essa avaliação foi publicada pelo Jornal do Comércio no dia 08 de abril de 2003, trazendo os depoimentos do presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do Rio Grande do Sul, Cesar Codorniz, e do presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Carlos Lavandowsk. O primeiro afirmou que o presidente Luís Inácio Lula da Silva estava sendo “inteligente” ao manter a linha do governo de Fernando Henrique Cardoso quanto à política monetária: “o país paga uma alta taxa de juros, mas foi o preço a pagar para segurar a inflação”, destacou. O segundo afirmou acreditar que o presidente Lula “compreendeu que governar é mais difícil que exercer oposição”, elogiando a iniciativa do governo Lula em encaminhar a reforma previdenciária (JORNAL DO COMÉRCIO, 08 de abril de 2003, p. 7).

Por fim, cabe um último registro, uma manifestação do presidente da FIERGS, Renan Proença, no “Dia da Indústria” (25 de maio), destacando o que ele denominou “maturidade” (que, inclusive, deu o título de seu artigo). Após destacar a importância da integração política dos diferentes setores produtivos na defesa de interesses partilhados, o presidente da FIERGS assinalava:

Entre o possível e o ideal às vezes a distância é grande, o que tem justificado o exercício de outro importante papel das entidades que representamos: o de exame e expressão críticos, sem que essa alternativa aposte na ruptura por eventuais discordâncias.

Não fosse assim, o Brasil destes primeiros meses de 2003 não estaria sob a evidente tranquilidade institucional diante de uma mudança política como a

que ocorreu a partir de 1º de janeiro. A maturidade que felizmente alcançamos, se não nos inunda de esperança frente ao descompasso entre o discurso eleitoral e a prática de poder que tem marcado os primeiros meses da nova gestão federal, nos permite exercer direitos diversos: de crítica, de apresentar contradições, de cobrar. (Renan Proença. Maturidade. JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de maio de 2003, p. 33).

O governo Lula, naquelas alturas, já havia indicado sua disposição de não promover rupturas em relação às características principais da política econômica que vinha sendo executada pelo seu antecessor, presidente Fernando Henrique Cardoso. As lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, *se não manifestavam elogios ao novo governo, concordavam com a continuidade da orientação neoliberal na condução da economia do País*. Em última instância, a continuidade da política econômica representava, também, um afastamento em relação aos receios de rupturas. Afastar receios de rupturas não significava confiança explícita no novo governo (como, aliás, deixa claro o presidente da FIERGS no artigo anteriormente citado); mas indicava uma já percepção de que o governo de Luís Inácio Lula da Silva não teria uma direção completamente antagônica aos interesses da burguesia no País e, mais do que isso, não reproduziria a orientação política que colocou, a partir da “abertura política” de 1980 e durante a década de 1990, em lados antagônicos opostos a burguesia industrial e o Partido dos Trabalhadores.

CONCLUSÕES

Portanto, nas eleições de 2002 as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul conduziram as mobilizações e manifestações políticas orientadas por uma perspectiva “anti-PT”. Aquela perspectiva não estava assentada em receios de rupturas, através da eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República, com a orientação neoliberal que já vinha sendo adotada durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Assentava-se, fundamentalmente, nas tensões e conflitos políticos que a burguesia industrial teve com o governo de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul. Em eleições casadas, que definiram, ao mesmo tempo, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e Presidente da República, a orientação política manifesta era evitar que os candidatos do PT se elessem; contudo, o fundamental era impedir a continuidade do governo estadual liderado por aquele partido no Rio Grande do Sul. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva, se não atendia plenamente as expectativas da burguesia industrial, já não se colocava num quadro histórico de percepção quanto às continuidades com o projeto neoliberal executado durante os anos 1990. As

mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação ao governo federal, nesse sentido, continuariam a ter as mesmas direções: contrariedade em relação a aspectos da política econômica (elevadas taxas de juros, política cambial, política de abertura da economia, diminuição da carga tributária, controle do déficit público) e defesa da “agenda de reformas estruturais” desde o início da década de 1990 colocadas como fundamentais para aumentar a competitividade da indústria no País num contexto histórico de mundialização do capital.

REFERÊNCIAS:

CADONA, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

_____. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil durante os anos 1990*. Florianópolis: UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia Política).

CANO, Wilson. *Soberana e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

_____. *O jogo da direita*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). CIERGS (Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999*. Ações & Ideias I. Texto de Sérgio Bueno. Porto Alegre: FIERGS, 1999.

_____. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999*. Ações & Ideias II. Textos de Dagoberto Lima Godoy. Porto Alegre: FIERGS, 1999.

_____. *A rearquitetura do Rio Grande do Sul - garantindo o futuro*. Porto Alegre: FIERGS, 1998.

_____. *Estatuto da Entidade*. Porto Alegre: FIERGS, 1989.

FIORI, José L. *60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GROS, Denise B. A atuação política do empresariado gaúcho nos anos 80. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. Porto Alegre: FEE, 1990, p. 382-400. Tomo I.

_____. Empresários, estratégia política e revisão constitucional. *Indicadores Econômicos FEE: análise da conjuntura*, v. 2, n. 1, p. 86-94, 1994.

_____. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2003.

_____. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do 'Movimento pela Liberdade Empresarial', *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 130-146, 1988.

JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 2002, 2003.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João Eduardo de Moraes Pinto. Política industrial e desenvolvimento. In: PAULA, João Antonio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 47-78.

ZERO HORA, Porto Alegre, 1 dez. 1996, 27 out. 1998, 27 set. 2002.

Artigo recebido dia 29/09/2014.

Artigo aprovado dia 30/10/2014.